

I. RUY MAURO MARINI: PERFIL DE UM INTELLECTUAL REVOLUCIONÁRIO

NELSON GUTIÉRREZ*

Ruy Mauro Marini se vinculou ao MIR assim que chegou no Chile, em novembro de 1969. Trazia já consigo a responsabilidade por uma rica trajetória intelectual e uma concentrada experiência política. Era um homem que trazia consigo a marca da esquerda revolucionária, além disso, tinha olhos e olhar de dirigente.

Nesse período, eu estudava sociologia na Universidade de Concepción e era presidente da Federação de Estudantes (FEC). Já conhecia os trabalhos de Ruy Mauro, publicados em diversas revistas, e por comentários de amigos brasileiros comuns exilados no Chile.

Sabia que o professor que chegava ao Chile do exílio mexicano me ajudaria a resolver minha preocupação cotidiana, sintetizada na frase: sem teoria não há ação revolucionária possível.

Aprendi muito cedo, com Ruy, que a teoria da dependência não era um subproduto ou uma alternativa acadêmica à teoria desenvolvimen-

* Sociólogo e membro da Direção Histórica do MIR no Chile

tista da Cepal; essa teoria encontrava suas raízes nas concepções da nova esquerda que surgia em toda a América Latina e que buscava se contrapor à ideologia desenvolvida pelos partidos comunistas, que começaram a incorporar as ideias cepalinas a partir das teses da deterioração dos termos de troca, do dualismo estrutural, da existência de uma suposta burguesia nacional e da viabilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo. Isso os levava a sustentar a ideia da revolução democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista, herdada da Terceira Internacional.

Também compartilhei com Ruy e com Juan Carlos Marín a apreciação histórica de que a gestação da esquerda revolucionária latino-americana – no Brasil, Peru, Uruguai, Venezuela, Argentina ou Chile – não foi produto, efeito ou cópia da Revolução Cubana, mas, sim, consequência de situações específicas anteriores e contemporâneas a ela.

Naquela época, primeira e segunda metade dos anos de 1960, a teoria crítica, os estudos marxistas tinham pouco desenvolvimento no Chile. A importância da teoria na ação política, a necessidade de construir um conhecimento rigoroso da estrutura da sociedade chilena e as formas e o caráter que a luta de classes assumia constituíram, desde o início, a base sobre a qual se desenvolveu a relação de Ruy com o MIR.

O período 1969-1971: Concepción

Como Ruy lembra em sua “Memória”, escrita para a Universidade de Brasília, durante sua permanência em Concepción, ficou difícil para ele separar atividade acadêmica da atividade política. Sua vida se transformou de maneira tão intensa que o levou a uma prática pedagógica incessante, tanto nas aulas quanto nas reuniões com militantes e dirigentes operários das minas de carvão de Lota, Coronel e Arauco, das tecelagens de Tomé, da indústria do couro e calçado de Concepción e com dirigentes estudantis do ensino médio e universitários do Sul do país.

A contribuição de Ruy nos planos teórico, político e organizativo foi importante para a direção regional do MIR de Concepción, para a

brigada e, mais tarde, GPM da universidade, que, em seu ponto máximo, chegou a mais de 500 membros. Também contribuiu nos debates da comissão política.

Na vida interna do MIR, a presença de Ruy foi decisiva na organização da formação política dos militantes. Dessa prática inicial, surgiria, mais tarde, uma concepção e uma política de formação para todo o movimento: as escolas de quadros, a seleção de textos e as edições mimeografadas e impressas. Muitos militantes daquela época se lembram das aulas e dos seminários, sobretudo dos métodos e das técnicas de estudo e de exposição, que tinham o objetivo de fazer com que os quadros assimilassem uma técnica básica para desenvolver sua própria capacidade de formação e reflexão, assim como para dominar diferentes formas de exposição oral e escrita – a proclamação, o panfleto, a propaganda, o discurso, o informe, o artigo breve, o ensaio etc.

No terreno teórico e da transmissão do conhecimento indireto, Ruy apoiou o movimento estudantil com trabalhos e exposições sobre os movimentos estudantis na América Latina, particularmente no Brasil e no México, assim como contribuiu de forma decisiva na elaboração do documento “Bases para uma política Universitária”, texto constituinte do Movimento Estudantil de Concepción, que orientou sua ação política e seus princípios programáticos na luta pela Reforma Universitária (1966-1970).

Uma contribuição pouco conhecida de Marini à política do MIR, durante essa etapa, refere-se ao estudo, por um lado, e a socialização à militância, por outro, das experiências acumuladas pelo movimento de massas na luta de barricadas, a luta de rua durante o século 19 e a primeira metade do século 20 e, mais tarde, das experiências das lutas de massas, das manifestações populares e dos movimentos estudantis do Brasil, México, Coreia, Japão, Paris etc.

De fato, é em Concepción que surge a ideia de organizar a massa armada nas frentes estudantis; populações, camponeses e operários, em resposta à crescente escalada repressiva do governo de Eduardo Frei (1964-1970), com a consequência da modernização – a militarização das

forças policiais. A massa armada era o correspondente organizativo para as lutas que anunciavam a ação direta das massas excluídas do sistema, nas áreas urbanas e rurais.

A volta aos estudos clássicos de Engels, das guerras camponesas na França e na Alemanha, o estudo de Rude sobre as massas na história, o retorno à Clausewitz, aos escritos de Lenin, à publicação, no Chile, da *Insurreição de Neuberg* (sic), as leituras de Lussu, retratam essa preocupação.

Nas vésperas das eleições presidenciais de setembro de 1970, começamos a conversar com Ruy sobre as características do período da luta de classes que se aproximava. Meu amigo e mestre, Juan Carlos Marín, já me havia alertado para o fato de que estávamos enfrentando uma crise da unidade política da classe dominante e que, nesse contexto, seria possível que um movimento popular e nacional (não revolucionário), como a Unidade Popular (UP), pudesse ganhar as eleições e ascender ao controle dos cargos eletivos do governo do Estado.

Marini, a partir de outra perspectiva, chegaria mais tarde, em seu trabalho *El desarrollo industrial dependiente y la crisis del sistema de dominación em Chile*, a uma conclusão semelhante. Ele partia do movimento econômico, em particular da distribuição da mais-valia, e aí encontrava as raízes da ruptura que afetou a burguesia chilena e abriu caminho para o triunfo eleitoral da UP.

Ruy formava, ensinando a cada educando a aprender a conquistar graus de autonomia, liberdade e criatividade.

O período de 1971-1973

No final de 1970, Ruy já se empenhava para se transferir para Santiago, numa transição que não terminou antes do final de março de 1971. Do Instituto de Sociologia da Universidade de Concepción, passou ao Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, onde compartilhou das atividades com Theotônio dos Santos, Tomás Vasconi, Vânia Bambirra, Marta

Harnecker, Julio López, Marco Aurelio García, Jaime Osorio, Marcelo García, Andre Gunder Frank, Emir Sader, Álvaro Brines, Roberto Pizarro, Antonio Sánchez, Guillermo Labarca e outros.

O Cesó, entre 1972-1973, chegou a se converter no principal centro da intelectualidade crítica do Chile e referência e lugar de passagem obrigatória para os intelectuais da América Latina, Estados Unidos, Europa e África. Desse lugar, ganharam projeções públicas alguns de seus trabalhos de maior importância, como *Dialética da dependência, A acumulação capitalista dependente e a superexploração do trabalho*, assim como diversos estudos e artigos sobre o Chile reunidos mais tarde no livro *O reformismo e a contrarrevolução: um estudo sobre o Chile*.

Nesses artigos, Marini defende uma caracterização da contrarrevolução chilena e latino-americana em geral, que se definia pelo uso de conceitos como facismo, facismo militar, facismo dependente, uma vez que tais termos ocultavam o processo real e buscavam justificar a formação de frentes amplas, nas quais a burguesia procurava assumir um papel hegemônico. Naquela época, ainda era possível lutar por uma política de amplas alianças do período que não implicassem uma inevitável subordinação inelutável das forças populares à burguesia “mais progressista”, ou “menos reacionária”. A esquerda e os movimentos populares ainda detinham localizadamente uma capacidade de iniciativa e determinação na América Latina e estava em ascenso na Europa Ocidental, na Ásia e na África.

As derrotas sofridas pela esquerda, pela classe operária e pelos movimentos populares na Europa e nos países latino-americanos abriram caminho para o êxito das fórmulas de frente ampla sob direção da burguesia, que definiram a redemocratização na América Latina e, em particular, na América do Sul.

Essa discussão sobre o caráter da contrarrevolução chilena e o período da luta de classes teve início com muita força no MIR a partir da crise de 1981-1983, que golpeou o conjunto da sociedade chilena.

Entretanto, as principais produções teóricas de Ruy Mauro Marini, durante sua permanência no Chile e sua vinculação com a esquerda revo-

lucionária entre 1969-1973, se perderam na fúria genocida e incendiária que teve lugar a partir do 11 de setembro. Trata-se das notas elaboradas para o curso de Teoria da Mudança, que se referia na realidade à teoria da revolução. Eram estudos das revoluções burguesas e das quatro revoluções socialistas: soviética, chinesa, vietnamita e cubana. Também se aprofundava na reelaboração dos conceitos de revolução democrática e revolução socialista, buscando estabelecer novas relações entre elas; aprofundava-se na investigação de classe e aliança de classes, vanguarda e classe, luta de massas, ao mesmo tempo em que se reexaminavam as concepções e práticas da luta armada na recente experiência latino-americana.

Em Santiago, Ruy, não obstante sua intensa atividade intelectual no plano da investigação e da docência, não abandonou sua militância no MIR. Nunca quis assumir responsabilidades maiores no centro dirigente, pois parecia adivinhar que esse tipo de clausura partidária o faria perder liberdade e desperdar um tempo desmedido em tarefas burocráticas e pouco produtivas.

Ruy se reunia periodicamente com a comissão política para analisar diferentes temas e compartilhava, cotidianamente, tarefas com alguns quadros dessa instância.

Certamente, continuou participando nas tarefas de educação política e formação de quadros, que tomaram envergadura nacional. Atendia diretamente, junto com Lumi Videla, o trabalho das estruturas e GPMs de Santiago e compartilhava comigo a direção nacional dessa tarefa.

Coletivamente, também nos ocupamos do trabalho teórico, ao mesmo tempo em que desenvolvemos uma política sistemática de reunião e orientação da intelectualidade crítica marxista e dos artistas e das pessoas da cultura, no Chile e outros países, aos quais chegava o eco da experiência chilena e das particularidades da esquerda revolucionária que o MIR expressava. Para esses efeitos, demos vida à revista *Marxismo e Revolução*, da qual foram editados dois números.

Iniciamos os trabalhos para criar uma pequena editora que conseguiu editar seus primeiros livros antes do golpe. O projeto era muito mais ambi-

cioso. Em setembro de 1973, o MIR contava com uma grande imprensa, pronta para começar a editar o jornal *O Rebelde*, os jornais setoriais, a revista teórica, além dos livros que começariam a ser lançados pela editora etc.

Porém, o que consumia um ou mais dias por semana dos esforços de Ruy, das seis horas da tarde até a madrugada, eram as reuniões para conformação da pauta de *O Rebelde*, a revisão de provas ou a redação do editorial, ou um artigo de fundo. Ali trabalhava uma boa equipe de jornalistas: Ruy, Bautista Von Showen, Gladys Díaz, María Eugenia Camus, Augusto Carmona, Ernesto Carmona, Faride Zerán, José Carrasco e muitos outros.

Durante aquele período, o MIR chegou a ter uma grande influência e organização entre os jornalistas nos diferentes meios de comunicação que envolvia rádio, TV, revistas, jornais etc., assim como artistas e pessoas da cultura, em particular relacionados ao cinema, balé, literatura, poesia e música.

Marini deu importantes contribuições nesse período, nas análises e discussões da direção do MIR com relação ao movimento comunista internacional; à Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Internacional; à política exterior soviética, chinesa e cubana e, sobretudo, ao esclarecimento e urgência em buscar formas para iniciar a coordenação da esquerda revolucionária latino-americana e da esquerda revolucionária mundial. Isso daria origem, mais tarde, à decisão de constituir a Junta Coordenadora Revolucionária (JCR) do Cone Sul, pensada como embrião de uma coordenação continental.

Durante o período da UP, Ruy investiu muito na elaboração da estratégia do MIR, apoiando-se basicamente na ideia de que a estabilidade e a continuidade do processo e do governo da UP somente poderia se sustentar na força que as massas liberavam em sua ação mobilizadora, dando origem inclusive a órgãos de poder popular e à decisão, já em andamento, de elas se armarem moral e materialmente pelo menos até outubro de 1972. A estratégia da maioria da UP e do governo buscava sustentação em uma defesa para se proteger nas trincheiras do Estado

burguês, na suposta constitucionalidade e profissionalismo das Forças Armadas e no espírito republicano e democrático da classe dominante. Essa política terminaria por levar o processo ao ponto que finalmente chegou, dando origem ao golpe, ao genocídio e à matança.

O golpe de 1973 e o terceiro exílio

O golpe surpreendeu Ruy em seu pequeno apartamento de Providência, lugar de encontro da Comissão Política do MIR, exilados brasileiros, amigas e amigos e meu próprio refúgio durante quase um ano.

Assim que o toque de recolher foi suspenso, em 13 de setembro, Ruy recebeu a visita de um enviado da Comissão Política com pedido para que se exilasse e passasse a fazer um papel ativo na organização da resistência no exterior.

Ruy se refugiou na Embaixada do Panamá e permaneceu ali até meados de outubro de 1973. Manteve-se nesse país até fins de janeiro de 1974, quando partiu para Munique, Alemanha. Quanto à CP do MIR, dirigida naquele momento por Miguel Enríquez, esta havia solicitado a Ruy, unanimemente, que assumisse o trabalho do MIR no exterior e que ficasse um tempo na Europa, dado que, nesse continente, se configurou o mais amplo movimento político de massas de apoio ao MIR chileno, com bases na Alemanha e Itália.

Marini relata em suas memórias que, subitamente, se viu transformado em líder e comunicador de massas, quando lhe coube o papel de principal orador no comício convocado em Frankfurt, para recordar o primeiro ano do golpe chileno. Juntou-se, ali, uma massa superior a 300 mil pessoas.

Em setembro de 1974, Ruy voltou para a América Latina e se fixou no México-DF, lá ficando até 1977. Continuou se movimentando incessantemente entre a América Latina, os Estados Unidos e a Europa, pois suas tarefas políticas assim o exigiam. Essa etapa coincide com o momento em que ficou responsável pelo trabalho exterior do MIR, que transferiu sua base para Havana, Cuba.

Eu havia permanecido clandestino no Chile até fins de 1975. Em outubro desse ano, tivemos um enfrentamento armado com as forças repressivas, o que nos levou, no mês de novembro desse mesmo ano, a buscarmos asilo na Embaixada do Vaticano, em Santiago. Em fevereiro de 1976, eu e minha companheira Maria Elena, minha filha Paula e meu filho que estava por nascer, Dago, fomos autorizados a sair rumo à Suécia, com sentença de extradição incluída.

Em julho do mesmo ano cheguei a Cuba e, na reunião anual do Comitê Exterior do MIR, reencontrei Ruy Mauro Marini.

Havíamos mantido correspondência desde a clandestinidade em Chile entre 1973 e 1975, a CP havia reconhecido várias vezes a dedicação, inteligência e criatividade de Ruy para organizar o trabalho exterior, em condições que não eram fáceis, sobretudo pela política que o MIR havia definido para os exilados nacionais.

Durante meu exílio na Suécia, que durou de fevereiro a julho de 1976, mantivemos contato regular. Ali tomei conhecimento do enorme trabalho político desenvolvido por Ruy entre 1974 e 1976. O trabalho realizado me serviu de inspiração para elaborar mais tarde a concepção que guiou a proposta exterior do MIR entre 1977 e 1990; a criação de uma retaguarda exterior que contribuísse na sustentação do trabalho político de uma frente (Chile), que ficou praticamente sem retaguarda geográfica e política, assim que o território foi ocupado policial e militarmente por uma força de guerra.

Uma das primeiras tarefas que Ruy assumiu no exílio, no campo da luta teórica, foi enfrentar e desmontar a tese, que a maioria da esquerda chilena divulgava no exterior, que responsabilizava o MIR pelo golpe e pela queda de Allende.

No artigo “Duas estratégias no processo chileno”, ele esclarecia que a linha do MIR, durante o governo da UP, baseada na mobilização popular e na criação de órgãos de poder alternativos, se chocou com a própria dinâmica do Estado burguês, respaldada pelo PC e pela maioria da UP, em cuja defesa, sustentariam eles, tentou estabilizar o processo e

o Governo, mas que, ao final, terminou por conduzir o processo a um ponto de ruptura, uma vez que a burguesia se reunificou politicamente.

Na reunião de Havana, de julho de 1976, voltei a conversar com Ruy sobre a necessidade de ele se incorporar à direção do MIR, principalmente quando esta se encontrava enormemente debilitada pela morte de vários de seus principais quadros históricos. O “Mestre”, como o chamávamos, recusou uma vez mais a ideia. Chegamos então a um acordo: que ele prosseguisse com as tarefas que desenvolvia no México – edição regular do *Correio da Resistência*, uma revista de ótimo nível, de excelente diagramação, que circulava por todo o mundo do exílio chileno e “mirista” nos círculos revolucionários internacionais, que era introduzida clandestinamente no Chile.

Estabelecemos também a necessidade de buscar fundos para criar um Centro de Estudos no México, o Cidamo, que permitiria dar continuidade ao trabalho de produção teórica, investigação crítica e renovação do marxismo que havíamos iniciado no Chile e que, nesse momento, se apresentava como uma urgência imediata.

O Cidamo se transformou em um centro de investigação e produção teórica, que contribuiu com conhecimentos e informações importantes para a elaboração da política do MIR e do movimento revolucionário latino-americano.

Em fins de 1977, começo de 1978, a direção do MIR formulou a política de retorno como eixo fundamental de sua atividade imediata. Tal política consistiu em um esforço de grande envergadura para mobilizar as reservas morais e capacidades políticas do “mirismo”, estacionado na retaguarda exterior, com o intuito de começar a reintroduzir quadros na frente de luta, no Chile.

Em princípio, o programa de retorno se viu fortemente influenciado pelas concepções militaristas e propostas que pretendiam reduzir a luta política para derrubar a ditadura à pura e explícita ação militar. Logo isso foi corrigido para se voltar a uma política global, não reducionista, que tentava apoiar as forças partidárias que permaneciam no Chile,

no reforço de sua capacidade de direção e recuperação de territórios. Tratava-se de reinstalar no Chile quadros com experiência acumulada, com conhecimentos direto e indireto, com domínio da arte de formação e acumulação de forças. Tratava-se de uma política cuja intensidade e volume estariam determinadas pela retaguarda social real do partido no Chile. Tratava-se do aproveitamento das oportunidades e espaços que se constituíram para legalizar uma política e alguns quadros.

Voltei a propor a Ruy a necessidade de se incorporar à direção do MIR, ao menos ao Comitê Central, e nos apoiasse na tentativa que estávamos empreendendo. Marini aceitou, penso eu, mais pela responsabilidade histórica e ética.

Na América Central, havia uma situação distinta. Começava-se a viver um período ascendente da luta de classes, em que o poder poderia se mover desde os setores mais reacionários aos menos reacionários da classe dominante.

A Nicarágua passava por um período de crise do sistema de dominação, de intenso acirramento da luta, de crescentes contradições no seio da burguesia, de ascenso das lutas populares, de ampliação da luta democrática, o que abria a possibilidade de surgir uma oportunidade histórica que poderia ser aproveitada pelo movimento revolucionário: o sandinismo.

A política de retorno nos obrigou a redobrar e ampliar o trabalho de formação de quadros na retaguarda exterior. Ruy retornou às tarefas de educação política e formação de quadros, direção das escolas, que já havia desenvolvido no Chile. Reunimos um grupo de excelentes quadros, com boa formação, ampla experiência, responsabilidade política, espírito crítico e libertário, domínio da teoria e dos materiais de organização coletiva. Entre eles, destacam-se Aníbal Matamala, Martín Hernández, Lily Rivas, Ricardo Frödden, Pedro Landsberguer.

Os homens e mulheres que passaram pela escola ganharam capacidade de reflexão, organização e resolução de problemas, mas, sobretudo, uma autonomia, ultrapassando o nível de simples executores de políticas.

1980-1985

Ruy recordava com particular clareza que, enquanto esteve no Panamá, em 1973, em novembro desse ano, a Fundação Friedrich Ebert, da Alemanha, desenvolveu na Costa Rica um seminário sobre aspectos econômicos, sociais e políticos do investimento estrangeiro na América Central, em que reconheceu o interesse dos funcionários da social-democracia pela intelectualidade de esquerda da América Latina, assim como do trabalho que realizavam para atraí-la por meio de Clacso. Em 1975, na colônia Tovar, Venezuela, a fundação Ebert promoveu, entre as principais forças da esquerda chilena, um encontro em que se excluiu o PC e o MIR. A característica da ação da social-democracia ficou perfeitamente clara. Eram os antecedentes que se acumulavam para abrir caminho ao processo que ficou conhecido mais tarde na Europa, América Latina e Chile como renovação socialista. Como se sabe, isso levou à ruptura da aliança política e de classes expressada historicamente pelo PC e pelo PS, do qual foi excluído o MIR e de onde surgiu a figura da Democracia Cristã como principal aliada da “esquerda renovada”.

Eram forjadas, dessa forma, as bases para a transformação da maior parte da esquerda chilena em uma ala da social-democracia, processo que, primeiro, bloquearia e, depois, destruiria a unidade da esquerda histórica e revolucionária desse país, forjada no final dos anos de 1970 e começo dos 1980. Esses acontecimentos preparavam as condições para os processos de redemocratização sob a hegemonia burguesa que ocorreriam ao longo da década de 1980 na América Latina e na segunda metade dessa década no Chile.

Nesse período, Ruy também trabalhou procurando entender os processos de formação do novo Estado na América Latina e as formas que este tomaria. Daí surgiram os conceitos de “Estado da contrainsurgência” e, em seguida, “Estado do quarto poder”, figura pela qual se procurava mostrar como, ao lado dos poderes tradicionais (Executivo, Legislativo e Judiciário), surgia um quarto poder, o poder militar, como um poder autônomo que subordinava, sobredeterminava e protegia os

outros poderes do Estado. Isso colocava um limite à transformação da luta política em confrontação armada e/ou militar.

O conceito procurava dar conta do fato de que enfrentávamos um Estado burguês, um Estado do poder, mais poderoso e militarizado, que aumentava as dificuldades de uma estratégia baseada no simples assalto ao poder do Estado, ou de uma estratégia baseada numa guerrilha clássica como a dos meados dos anos de 1950.

A preocupação pelo tema do poder, para sabermos como se formava e o que era, passa a ser uma constante em nossas leituras e relações.

No começo dos anos de 1980, motivado pelas discussões internas do MIR, da esquerda chilena e de uma parte da intelectualidade, Ruy fez uma investigação pioneira sobre o padrão de acumulação do capital no Chile. A redação final do trabalho foi realizada em Havana – Cuba.

Nela, Ruy contestou a tese de que, durante o período da ditadura militar, não se verificou nenhum desenvolvimento econômico e que tal desenvolvimento não poderia ser realizado sobre as bases econômicas existentes. Essa ideia ligava-se à tese política que definia a ditadura militar como a contrapartida necessária à falta de desenvolvimento econômico. A recessão declarada em 1981, que foi acompanhada pelo endurecimento da política econômica e repressiva da ditadura, era apresentada como prova de tal tese.

Para Marini, sob a ditadura, a economia chilena passou por um processo expansivo, que se manteve até o primeiro semestre de 1981, com uma taxa anual de crescimento em torno de 8%. No segundo semestre, o crescimento desacelera, para, no último trimestre, passar a um crescimento nulo e ao início de uma crise econômica, que se desdobra em crise social e política, levando ao acirramento da luta, ampliando a luta interburguesa, gerando pressões sobre o Estado e interrompendo o processo de institucionalização em curso.

Em todo o caso, a crise não se desenvolvia em um capitalismo com “pés de barro”, mas, sim, em um capitalismo que cresceu e se transformou, dando origem a um padrão de acumulação baseado na especialização produtiva e aberto ao mercado mundial.

Essa caracterização do capitalismo local e da crise de 1981-1983 teria uma grande importância na luta teórica no interior do MIR, criando as bases para o surgimento de duas estratégias no interior da direção do MIR a partir dessa data.

Após esse trabalho, foi realizado um seminário sobre a crise na sociedade capitalista, quando se examinaram os conceitos de crise, crise geral, crise econômica, crise cíclica, crise social, crise política, crise do sistema de dominação, crise ideológica, crise de hegemonia, crise pré-revolucionária, crise do retrocesso. Ao mesmo tempo, estudou-se em profundidade a crise econômica, social e política ocorrida na sociedade chilena entre 1991-1993.

Naquele período, o setor majoritário da direção do MIR confundiu uma crise econômica – que se desdobrou em crise social e política, levada ao extremo pela oposição, confrontação e luta entre setores burgueses – com uma crise revolucionária, gestada pela base, ou seja, uma crise transitória que levou à readequação do sistema de dominação, prenunciando o processo de redemocratização controlada que ocorreria anos mais tarde.

Isso teve enorme e dramática consequência sobre a estratégia, a política e a militância do MIR, ao provocar um desvio dos objetivos do período, ao substituir a luta contra a ditadura militar pela tomada imediata do poder, restringir a política de amplas alianças do período, renunciar à luta pela direção da força social antiditadura, reduzir a luta política à luta militar, à confrontação armada, sem contar com força social e material para isso.

Marini se alinhou com a corrente inicialmente minoritária da direção, que defendia uma estratégia de amplas alianças sem abrir mão da direção, nem se subordinar à hegemonia das forças da burguesia.

Em 1979, com a lei da anistia, Ruy inicia um longo processo de retorno ao Brasil. Entre 1979 e 1984 combinou viagens e convivência nos dois países: México e Brasil

Os temas de sua preocupação nessa época eram os processos de democratização na América Latina e, em particular, no Brasil e no Cone

Sul; a luta pela democracia na América Latina; o movimento operário e a democracia; os limites das assembleias constituintes e das novas constituições; as relações, no caso do Brasil, entre o Estado, grupos econômicos e projetos políticos. A preocupação central era esclarecer o caráter de classe da luta democrática, para que esses processos não se limitassem à capacidade de iniciativa e determinação exclusiva das forças burguesas.

No campo dos estudos internacionais e da política mundial, Ruy preocupou-se com temas como a democracia e o socialismo; a Perestroika e suas implicações para a sociedade soviética e para o sistema de relações; a geopolítica latino-americana, a economia mundial e a integração latino-americana, assim como também se preocupou com o desenvolvimento do capitalismo mundial, como se verifica em sua conferência “Crise e reordenamento da economia capitalista mundial”.

Quando, em 1987, ocorreu a crise final e o racha no MIR, Ruy permaneceu na corrente que mais tarde ficou conhecida pelo nome de MIR político; continuou acompanhando os rumos desse grupo chileno na luta pelo NÃO, quando as massas populares impuseram, pelo voto, a primeira derrota de envergadura ao pinochetismo e à burguesia mais reacionária.

Em 1990, Ruy Mauro Marini regressou ao Chile após 17 anos de ausência. O país estava substancialmente transformado, o capitalismo havia crescido e se desenvolvido. Estávamos frente a um capitalismo mais forte e a uma burguesia mais poderosa. O processo de redemocratização controlada a que a sociedade chilena estava submetida e seu sistema político institucional era produto de uma aliança de classes com hegemonia burguesa. As classes populares, a esquerda histórica e revolucionária haviam seguido por caminhos próprios ou levadas à marginalidade e à exclusão. O sistema político emergente apresentou somente duas figuras políticas: a direita (pinochetismo e direita liberal) e o centro (social-democrata e cristão).

O Chile dos anos de 1990 era um país no qual haviam desaparecido quase completamente o pensamento social latino-americano e as

correntes críticas surgidas nos anos de 1960, assim como o pensamento crítico que perdurou nos anos de 1970, 1980 e 1990. O espaço havia sido ocupado pelo pensamento social-democrata e neoliberal. Estávamos de volta às influências intelectuais dos Estados Unidos e da Europa, como simples receptores do conhecimento e repetidores de teorias alheias.

Ruy Mauro Marini: o mestre e o homem

Além do mestre, intelectual, quadro político, está o próprio humanista, buscando abrir novos caminhos na história.

Ruy disse, em suas memórias, que seu pai era filho de alfaiate de Gênova e de uma camponesa de Calábria, que o trouxeram já concebido ao Brasil quando emigraram da Itália em 1888; sua mãe, filha de uma tradicional família de latifundiários de Minas Gerais; quando criança viveu com seu avô e experimentou a decadência do grupo familiar, em seguida à quebra provocada pelo fim da escravidão.

Seu pai foi professor de matemática do ensino público. Estimulado por sua esposa, estudou Direito, ingressando, por concurso público, na “casta” dos então chamados “príncipes da República”, os fiscais do imposto ao consumo. “A imagem que deixou foi a de um homem simples, severo e surpreendentemente honesto”.

Ruy reproduziu e enriqueceu, em escala ampliada, essa imagem paterna que o acompanhou durante toda a sua vida.

Foi um homem simples, rigoroso, racional, mas extraordinariamente afetivo e respeitoso para com os outros. Uma grande inteligência. De uma absoluta honestidade intelectual, política e pessoal.

Com uma vasta cultura, falava o espanhol, o português e o francês, lia o inglês e o italiano. Grande leitor no campo da história, da antropologia, da filosofia, da economia, da administração, das ciências políticas, do direito, da sociologia e da psicologia social, do marxismo. Gostava da literatura clássica e moderna, conhecia bem os escritores brasileiros e latino-americanos. Escreveu poesia em sua juventude e se deslumbrava com a leitura dos grandes poetas.

Gostava da música popular, da nova canção cubana, bem como de Maria Bethânia, Chico Buarque, Caetano Veloso. Frequentava concertos e recitais.

Grande conversador e orador agradável, podia ficar horas dialogando sobre diversos temas.

Conhecer Ruy, trabalhar com ele, compartilhar sonhos comuns, aprender com ele, alegrar-se com ele, sustentar uma luta comum por muitos anos, foi um grande privilégio.

Epílogo

Ruy viveu prisioneiro do dilema entre suas inclinações naturais como construtor do conhecimento, pensador e teórico, cientista social, e sua responsabilidade como homem de ação, sujeito político, orientado a alterar as relações sociais existentes.

Isso ele trazia da época de sua conscientização da realidade brasileira, do momento em que seu próprio pensamento, que acompanhava o desenvolvimento das contradições e conflitos do capitalismo local, se transforma num incentivo permanente que o obriga à busca e à criação.

Desde a sua incorporação, no início dos anos de 1960, à organização marxista Política Operária (Polop), expressão da esquerda revolucionária no Brasil, Ruy não mais abandonou sua relação e militância, no plano das ideias e da prática, com a esquerda revolucionária emergente no âmbito continental.

Seu vínculo com o MIR chileno se prolongou de 1969 até sua morte, no Brasil.

Até o final de sua vida, mesmo depois da derrocada dos países socialistas do Leste europeu, da redemocratização sob a hegemonia burguesa e do auge do capitalismo neoliberal praticado na América Latina, Ruy continuou indagando e interrogando a história e o futuro sobre os caminhos que poderiam nos levar a uma ordem social mais humana.

No final de 1990, Ruy estava descontente com o rumo que havia tomado sua prática teórica e de pesquisa. Ele sentia que o excesso de

trabalho acadêmico e as pesquisas que estava realizando o afastavam dos temas centrais que o haviam preocupado por toda a sua vida. Tudo isso se voltava para a integração e a refuncionalização do sistema científico-cultural vigente no país, aos interesses do *establishment* pelo conhecimento.

Quando a morte o surpreende, esse grande mestre do pensamento latino-americano da segunda metade do século 20 preparava-se para completar o caminho aberto pela teoria da dependência, que estimulou os latino-americanos a pensar e a estudar América Latina por si próprios, a investir na relação de conhecimento entre a região e os grandes centros capitalistas. Marini tinha, em seus planos, a ideia de se concentrar em um esforço para completar, atualizar e transcender a teoria da dependência no plano do marxismo e contribuir com um pensamento próprio latino-americano para enfrentar os desafios do século 21, superando as teorias provenientes dos centros capitalistas e dos modelos de um pensamento dominante, que respondia aos interesses do polo de extrema riqueza, da concentração exacerbada da renda e da propriedade, que hoje governa o mundo.